PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1199/2026

ÍNDICE

ITEM	*CONTEÚDO*	*PÁGINA*
1	PREAMBULO	02
2	OBJETO	02
3	PRAZO	02
4	PREÇO ESTIMADO	02
5	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	02
6	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
7	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
8	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	04
9	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	04
10	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	05
11	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	06
12	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	07
13	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	07
14	FORMULAÇÃO DE LANCES/P	08
15	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	09
16	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
17	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	11
18	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	12
19	RECURSOS	14
20	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	14
21	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
22	DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA	15
23	NOTA DE EMPENHO	15
24	SUBCONTRATAÇÃO	16
25	CONDIÇOES DE PAGAMENTO	16
26	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	17
27	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	17
28	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	19
29	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
30	GARANTIA CONTRATUAL	20
31	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	20
32	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	21
33	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	21
34	DISPOSIÇÕES FINAIS	22
35	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	23
36	FORO	23
	ANEXOS	
I	TERMO DE REFERÊNCIA	24
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	42
III	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	44
IV	SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM CADASTRO DE RESERVA	53
V	MINUTA CONTRATUAL	54

PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

1. PREAMBULO

1.1. **O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO do Município de Casimiro de Abreu**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO** adjudicação **POR ITEM,** Modo de Disputa **ABERTO ,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.384/2023, Lei Complementar Federal n.º 123/06, Decreto Municipal nº 3.335/2023, Decreto Municipal 3393/2024 e Decreto Municipal 2718/2022 e suas alterações posteriores.

1.2. **Data do início da inserção do documento de HABILITAÇÃO e PROPOSTAS: 31/07/2026 às 09h00 com término previsto para o dia 18/08/2026 às 09h29**

1.3. **Data da sessão: 18/08/2026 às 09h30**

1.4. SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: FIORILLI

1.5. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/

1.6. LICITAÇÃO: AMPLA PARTICIPAÇÃO

1.7. MODO DE DISPUTA: ABERTO/ABERTO

1.8. ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL: https://aguasdecasimiro.rj.gov.br/licitacao/, https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1 e https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/

1.9. UASG: **928966**

1.10. A licitação será dirigida pelo Pregoeiro designado pela Portaria SAAE n° 035/2024.

2. OBJETO

2.1. o **Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas no fornecimento parcelado de materiais hidráulicos**, a serem utilizados na manutenção preventiva e corretiva das redes de abastecimento de água e dos sistemas de afastamento de esgoto, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e no Documento de Formalização da Demanda (DFD), **em atendimento às necessidades operacionais da Autarquia Águas de Casimiro**, visando assegurar a continuidade, eficiência e regularidade do fornecimento de água à população do Município de Casimiro de Abreu/RJ, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no PNCP, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes, conforme item 21.2 deste Edital.

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos moldes do inciso X, do artigo 26, Decreto 3.393/2024 concomitante com o Artigo 84 da Lei 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 124 da Lei Federal n° 14.133/2021.

3.3. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da nota de empenho.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço total estimado da presente licitação é **R$ 1.652.246,72 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos.**, conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Casimiro de Abreu a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

AUTARQUIA	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR
SAAE – AGUAS DE CASIMIRO	17.512.0447.2.017	3.3.90.30.99.00.00.00	00.01.1799	**R$ 1.480.334,76**
SAAE – AGUAS DE CASIMIRO	17.512.0449.2.019	3.3.90.30.99.00.00.00	00.01.1799	**R$ 171.911,96**

6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.4.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

7.5. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

7.5.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.5.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

7.5.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

7.5.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

7.5.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.5.6. Será exigido do consórcio acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, quando for o caso.

7.5.7. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 7.5.1 deste Edital.

7.5.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;
7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
7.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.0. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;
8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
8.2.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro, para a regularização da documentação;
8.2.2. Não havendo fundamentação plausível, o pedido de prorrogação do prazo para a regularização fiscal será negado;
8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9.0. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME
9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:
9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;
9.1.7.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação

homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu.

9.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

10.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **item 10.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, conforme item **16.6** e pelos mesmos meios definidos no item **10.1.**

10.1.3. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei com observância do §1º do artigo 4º da Lei Federal 14.1333/21.

10.3.1.5. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 16 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no SCPI - PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ (***https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/***) no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de execução dos serviços/fornecimento do material, contados do recebimento da solicitação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Casimiro de Abreu;

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa e oitenta) dias, contados da

data da abertura da sessão pública.
10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.
10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.
10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

11.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
11.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;
11.1.2. Marca (Exceto em caso de prestação de serviço);
11.1.3. Fabricante (Exceto em caso de prestação de serviço);
11.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%
11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
11.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
11.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
11.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
11.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
11.7.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;
11.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na Tabela de Itens do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)
11.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12.0. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12.1. **A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/**.
12.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).
12.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
12.4. **A ausência de resposta num prazo máximo de 15 minutos poderá acarretar em desclassificação da Proposta ou Inabilitação da empresa, a depender da fase da ocorrência, ficando sua prorrogação a critério do pregoeiro.**

13.0. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência — **anexo I** e do modelo de proposta de preços — **anexo II** deste edital.

13.1.1. Somente na ausência de informações na proposta preenchida no SCPI – PORTA DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU-RJ, será exigido o modelo de proposta de preços do Anexo II.

13.1.2. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do anexo II deste edital.

13.2. Terminada a fase de lances, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

13.3. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

13.4. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência — **anexo I** deste edital.

14. FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3 A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1 A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (um centavo de real).

14.5 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

14.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

14.7.1 Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 14.9 e 14.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 14.9 e 14.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.(Art. 56, § 4º da Lei 14.133/2021)

14.9.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 14.9 e 14.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

15. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa

ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

15.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

15.2.1. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.2.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que:

15.3.1. Contiverem vícios insanáveis;

15.3.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

15.3.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

15.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

15.3.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.4. O Pregoeiro verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar com o objeto licitado e a compatibilidade de seu preço final, inclusive dos valores unitários, com a estimativa prevista para a contratação.

15.3.1 Constatado indício de inexequibilidade, o Pregoeiro concederá ao licitante prazo de 2 (duas) horas, contado da intimação, para apresentar documentação comprobatória da viabilidade do preço ofertado, nos termos do art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

15.4.1. Serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas cujos valores unitários forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, na conformidade da tabela de itens do Anexo I.

15.4.1.1. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexequibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I. o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II. inexiste custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.4.1.2. Para a demonstração da exequibilidade, poderão ser aceitos, entre outros:

a) notas fiscais recentes de aquisição de bens;

b) contratos de fornecimento ou de prestação de serviços;

c) propostas ou contratos de fornecedores que sustentem o preço ofertado;

d) tabelas oficiais de fabricantes, distribuidores ou associações de classe;

e) demonstrativo de composição de preços, com memória de cálculo dos custos diretos, indiretos, tributos, lucro e demais despesas.

15.4.1.2.1. O Pregoeiro poderá admitir outros documentos que considerar idôneos para comprovação da exequibilidade, mesmo que não constem do rol acima

15.4.1.3. Preferencialmente, os documentos deverão ter sido emitidos nos últimos 12 (doze) meses, contados da abertura do certame, admitindo-se outros desde que comprovem a compatibilidade de mercado. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

15.4.1.4. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de profissionais Técnicos do SERVIÇO AUTÒNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, para orientar sua decisão.

15.4.1.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

15.4.1.6. Será desclassificada a proposta que descumprir cláusula, termo, condição ou especificação estabelecida neste edital que seja impeditiva para a contratação. A decisão, fundamentada e registrada no sistema, será tomada nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

15.4.2. Confirmada a inexequibilidade, será convocado o próximo licitante classificado, observada a ordem de classificação.

15.4.3. O licitante que, reiteradamente, apresentar propostas inexequíveis sem comprovar sua viabilidade, poderá ser sancionado nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, inclusive com aplicação de multa entre 0,5% (meio por cento) e 15% (quinze por cento) do valor estimado do item, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.
15.5. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
15.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
15.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
15.7.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
15.7.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
15.7.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
15.7.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
15.8. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
15.8.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;
15.8.2. Empresas brasileiras;
15.8.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
15.8.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

16. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
16.2. A negociação será realizada por meio do SCPI – PORTAL DE COMPRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMRO DE ABREU-RJ, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
16.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.
16.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
16.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Casimiro de Abreu para orientar sua decisão.
16.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
16.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
16.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.
16.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração do SAAE poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
16.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração do SAAE.
16.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.'

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:
17.1.1. SICAF (https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ, no endereço eletrônico *www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php*;
17.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;
17.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no endereço eletrônico https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc;
17.2. Efetuada a verificação referente aos itens acima, o Pregoeiro convocará os documentos exigidos para habilitação e , quando solicitada, o envio da proposta;
17.3. Poderá ser consultada a documentação de habilitação faltante, das licitantes, por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital;
17.4. Os documentos exigidos para habilitação e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema;
17.5. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Rua Mário Costa, n.º 593, Vale das Palmeiras, Casimiro de Abreu RJ, CEP: 28.860-000.
17.6. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

18.1. A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:
18.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;
18.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual
18.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
18.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;
18.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
18.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
18.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;
18.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
18.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);
18.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
18.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
18.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
18.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
18.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
18.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.
18.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:
18.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou;

18.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.
18.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 17 deste Edital.
18.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

18.2. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:
18.2.1. É obrigatório o envio do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu Material Hidráulico em quantidades, prazos e características compatíveis com o objeto deste certame**.**

18.3. A documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista consistirá em:
18.3.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
18.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
18.3.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica**;
18.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;
18.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
18.3.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.
18.3.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;
18.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.
18.4. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.
18.5. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:
18.5.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
18.5.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;
18.5.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
18.5.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
18.5.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
18.5.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
18.6. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.
18.7. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.
18.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19. RECURSOS

19.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
19.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contados da data

de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
19.2.1. Será concedido prazo de e 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
19.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Jornal Oficial do Município.
19.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.
19.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
19.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
19.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.
19.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
19.8. Os lotes para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente do Serviço Autônomo de àgua e Esgoto - SAAE** para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
21.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que haja previsão expressa na própria ata e que seja comprovado que as condições e os preço s permaneçam vantajosos.
21.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
21.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
21.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
21.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
21.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após a fase recursal, os proponentes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual cadastro de reserva.
22.1.1. Os licitantes interessados em participar do Cadastro de Reserva deverão encaminhar através do e-mail licitacao@aguasdecasimirodeabreu.rj.gov.br, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da convocação do Pregoeiro, a solicitação de inclusão dos itens aos quais o Proponente Desejar, Conforme Formulário de Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva (Anexo nº IV) nas condições previstas no item 22.1;
22.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ATA, na forma de anexo, o registro:
22.2.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a

classificação na licitação; e
22.2.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
22.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
22.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
22.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
22.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
22.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
22.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 42 e no art. 43, 45 e 46 do Decreto Municipal nº 3393/2024.
22.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
22.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
22.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23. NOTA DE EMPENHO

23.1. A contratação com os fornecedores registrados na ATA será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
23.2. Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.
23.3. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata.
23.4. Antes de formalizar o contrato ou instrumento equivalente, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
23.4.1. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
23.4.2. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato e/ou Instrumento equivalente, a contar de sua convocação.
23.4.3. O prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.
23.5. Em havendo documentação vencida, o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Casimiro de Abreu/RJ** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.
23.6. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração deverá observar o que estabelecem os itens 22 e 23 deste edital.
23.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a subcontratação.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Casimiro de Abreu/RJ**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias,** contados da emissão do Termo de

Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 28.

25.2. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Casimiro de Abreu/RJ**.

25.3. O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Casimiro de Abreu/RJ** efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da contratada, em parcelas, à medida que o objeto for executado, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no termo de referência — Anexo I do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

25.4. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

25.5. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

25.5.1. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

25.6. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário(a) Municipal de Fazenda;

25.7. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal.

25.8. A contratada que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

25.9. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

26. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

26.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (09/04/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

26.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

26.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

26.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

26.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão:

26.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato e;

26.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

27. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

27.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal de Contratos ou pela Comissão de Gestão e Fiscalização Contratual, representantes da Administração especialmente

designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2384/2023 e do Decreto Municipal nº 3335/2023.

27.2. São atribuições do Gestor de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

27.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

27.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

27.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante a execução contratual, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

27.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

27.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

27.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

27.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

27.2.9. Decidir provisoriamente pela suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

27.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

27.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

27.2.12. Informar ao Ordenador de Despesas até o último dia útil do mês de novembro de cada ano, os compromissos contratuais não liquidados no exercício, objetivando reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho em Restos a Pagar que estejam sob a sua gestão;

27.2.13. Participar dos estudos com levantamentos de custos estimados para projeção e inclusão na proposta orçamentária para o exercício seguinte;

27.2.14. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, apostilamentos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

27.2.15. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

27.2.15.1. O Gestor de Contratos poderá elaborar o termo de referência ou projeto básico;

27.3. São atribuições do Fiscal de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

27.3.1. Acompanhar os prazos de entrega ou execução de obras ou serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;

27.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços, mediante termo detalhado;

27.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;

27.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

27.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

27.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

27.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

27.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

27.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

27.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

27.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

27.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

27.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

27.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

27.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
27.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
27.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
27.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promover o controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
27.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;
27.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no Termo de Referência, no Projeto Básico e no contrato;
27.3.22. No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:
27.3.22.1. Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica, Registros de Responsabilidade Técnica, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
27.3.22.2. Verificar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
27.3.22.3. Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
27.3.23. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

28. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

28.1. Entregue os materiais e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.
28.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos materiais, a Fiscalização comunicará ao fornecedor, por escrito, para que no prazo máximo de 07 (sete) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
28.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 28.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.
28.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.
28.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
29.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
29.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
29.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
29.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
29.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
29.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
29.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
29.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
29.1.5.4. deixar de apresentar amostra;
29.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
29.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
29.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
29.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

29.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
29.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
29.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
29.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
29.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
29.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
29.2.1. Advertência;
29.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
29.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
29.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
29.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.
29.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
29.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
29.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
29.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada, quando esta for exigida. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

30. GARANTIA CONTRATUAL
30.1. Não será exigida a garantia contratual.

31. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO
31.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.
31.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme preceitua o §3º do artigo 71 da Lei Federal 14.133/2021.
32. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)
32.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
32.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
32.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.
32.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
32.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

33. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO
33.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação

da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada neste edital para abertura do certame.

33.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

33.2.1. Eletrônico, no endereço licitacao@aguasdecasimirodeabreu.rj.gov.br ou via Protocolo eletrônico no link: https://lagos.sei.rj.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=LAGOS&sigla_sistema=SEI ou;

33.2.2. Escrito, através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, na Rua Pastor Luiz Laurentino da Silva, nº 109, Centro – Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28860-000, que estará em funcionamento das 09h às 17h, diariamente exceto aos sábados, domingos e feriados.

33.3. Os licitantes poderão utilizar do seguinte meio de comunicação para obter informações e esclarecimentos: licitacao@aguasdecasimirodeabreu.rj.gov.br ou pelos telefones (22) 2778-2106 ou 22 99975-2712;

33.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos que poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos https://aguasdecasimiro.rj.gov.br/licitacao/#80-238-wpfd-2026 e https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/.

33.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

33.6. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

33.7. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos https://aguasdecasimiro.rj.gov.br/licitacao/#80-238-wpfd-2026 e https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 33.5, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

33.8. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

33.9. A cada esclarecimento, impugnação e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

34. DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

34.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

34.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

34.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

34.5. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

34.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

34.7. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos: https://aguasdecasimiro.rj.gov.br/licitacao/#80-238-wpfd-2026 e https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

34.8. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria.

34.9. Após a aprovação da autoridade competente, nos termos do inciso XI do Art. 51 do Decreto Municipal 3.335/2023, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereços eletrônicos https://aguasdecasimiro.rj.gov.br/licitacao/#80-238-wpfd-2026 e https://contabilidadecasimiro.oppcloud.com.br/comprasedital/, e publicação do seu extrato em Imprensa Oficial do Município de Casimiro de Abreu e em jornal diário de grande circulação.

34.10. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.384/2023, no Decreto Municipal nº 3.335/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

34.11. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

34.12. O licitante tem conhecimento do Código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/.

34.13. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá a regra constante do edital.

35. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

35.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III - Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV - Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva
- ANEXO V – Minuta Contratual

36. FORO

36.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Casimiro de Abreu/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Casimiro de Abreu, 30 de julho de 2026.

LEANDRO ALVES HONORATO:09161428760

Assinado de forma digital por LEANDRO ALVES HONORATO:09161428760
Dados: 2026.07.30 15:38:12 -03'00'

LEANDRO ALVES HONORATO
Coordenador Geral da Administração
Portaria SAAE nº 002/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 1199/2026

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas no fornecimento parcelado de materiais hidráulicos**, a serem utilizados na manutenção preventiva e corretiva das redes de abastecimento de água e dos sistemas de afastamento de esgoto, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e no Documento de Formalização da Demanda (DFD), **em atendimento às necessidades operacionais da Autarquia Águas de Casimiro**, visando assegurar a continuidade, eficiência e regularidade do fornecimento de água à população do Município de Casimiro de Abreu/RJ, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. O certame será realizado por meio de **procedimento licitatório**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços**, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto, que demanda contratações futuras e parceladas, bem como o valor estimado de **R$ 1.652.246,72 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos.)**. A contratação observará os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento, transparência e publicidade, conforme a legislação vigente.

1.2.1. A adoção do **Sistema de Registro de Preços** encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista a caracterização do objeto como **bem comum**, com ampla oferta no mercado, bem como a necessidade de **contratações futuras e parceladas**, conforme demanda da Administração, devidamente demonstrada pela área técnica. A escolha do procedimento observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.2. Considerando a natureza do objeto, destinado ao **fornecimento parcelado de materiais hidráulicos** para atendimento das demandas operacionais da Autarquia Águas de Casimiro, **será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes** à Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação, conforme descrito na Ata de Registro de Preço.

1.3. A pesquisa de mercado que fundamenta a estimativa de preços foi realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as práticas usuais de mercado, bem como os preços praticados em contratações similares realizadas por entes da Administração Pública.

1.3.1. A obtenção do valor estimado observou os critérios e parâmetros previstos na legislação vigente, especialmente na **Lei Federal nº 14.133/2021** e nos normativos aplicáveis, adotando-se a **média aritmética simples dos preços obtidos na pesquisa de mercado**, com o objetivo de conferir maior precisão e fidedignidade à estimativa de custos.

1.3.2 Com vistas a assegurar a transparência e o amplo conhecimento das condições da contratação, o **orçamento estimado integrará o presente Termo de Referência**, na forma de anexo, servindo como subsídio ao processo licitatório e à formação da Ata de Registro de Preços.

1.4. O valor estimado total para a presente contratação, considerado o quantitativo máximo previsto para a Ata de Registro de Preços, é de **R$ 1.652.246,72 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos.)**, definido com base na pesquisa de mercado realizada.

2. ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS ITENS

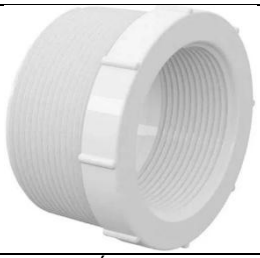
As referências a marcas têm caráter meramente indicativo de padrão de qualidade e desempenho, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	SISTEMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	900	ADAPTADOR DE COMPRESSÃO ROSCA MACHO EM POLIPROPILENO– 20 MM X Ø ½	ÁGUA	R$ 8,33	R$ 7.497,00
2	1200	ADAPTADOR DE COMPRESSÃO ROSCA FÊMEA EM POLIPROPILENO– 20 MM X Ø ½	ÁGUA	R$ 6,10	R$ 7.320,00
3	20	ADAPTADOR FLANGE CAIXA D'ÁGUA SOLDÁVEL - 50MM X 1 ½ TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 34,94	R$ 698,80
4	6	ADAPTADOR PVC X FIBRA CIMENTO JE PBA- DE 110 MM	ÁGUA	R$ 258,88	R$ 1.553,28

5	10	ADAPTADOR SD E ROSCA AGUA FRIA PARA REGISTRO- 110MM X 4" POL TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 91,59	R$ 915,90
6	100	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO – 20 MM X ½ TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 1,04	R$ 104,00
7	25	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO – 50 MM X Ø 1. ½" TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 5,51	R$ 137,75
8	25	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO – 60 MM X Ø 2" TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 18,28	R$ 457,00
9	30	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA PARA REGISTRO 32 X 1'. TIGRE OU SIMILAR	ÁGUA	R$ 3,14	R$ 94,20
10	20	ADAPTADORES DE SD CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO AGUA FRIA- 85X3" TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 47,97	R$ 959,40
11	30	ADESIVO PLÁSTICO FRASCO 850G AMANCO OU SIMILAR	ÁGUA	R$ 78,17	R$ 2.345,10

12	100	ADESIVO VEDA JUNTAS BISNAGA 73G 	ÁGUA	R$ 12,12	R$ 1.212,00
13	20	ANEL DE BORRACHA PARA BOLSA JE DN 150MM 	ÁGUA	R$ 28,02	R$ 560,40
14	20	ANEL DE BORRACHA PARA BOLSA JE2GS DN 150MM 	ÁGUA	R$ 25,91	R$ 518,20
15	300	ANEL DE BORRACHA PARA TUBO PVC – PBA DE 60 MM 	ÁGUA	R$ 4,19	R$ 1.257,00
16	20	ARRUELA DE BORRACHA PARA FLANGE DN 100MM TIPO CHATA.	ÁGUA	R$ 10,67	R$ 213,40

17	20	ARRUELA DE BORRACHA PARA FLANGE DN 150MM TIPO CHATA.	ÁGUA	R$ 13,57	R$ 271,40
18	20	ARRUELA DE BORRACHA PARA FLANGE DN 200MM TIPO CHATA.	ÁGUA	R$ 14,10	R$ 282,00
19	15	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL / OVAL BRANCO P/ VASO	ÁGUA	R$ 185,99	R$ 2.789,85
20	10	BLOQUEADOR DE AR P/ HIDRÔMETRO- AQUAMAX OU SIMILAR	ÁGUA	R$ 48,61	R$ 486,10
21	200	BUCHA DE REDUÇÃO ¾ X ½ BRANCO TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 1,23	R$ 246,00

					
22	10	CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS, ESTRUTURA EM POLIETILENO QUE PROTEGE CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, DIMENSÕES VERTICAIS COM DIÂMETRO DE 1.52 M - FORTLEV OU SIMILAR. 	ÁGUA	R$ 539,69	R$ 5.396,90
23	250	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO EM POLICARBONATO COM TAMPA TRANSPARENTE 	ÁGUA	R$ 153,27	R$ 38.317,50
24	200	CAP DE ½ ROSCAVEL TIGRE OU SIMILAR. 	ÁGUA	R$ 2,55	R$ 510,00
25	20	CAP SOLDÁVEL 32MM. TIGRE OU SIMILAR. 	ÁGUA	R$ 3,59	R$ 71,80
26	100	COLAR DE TOMADA PVC COM TRAVAS E SAÍDAS ROSCÁVEL 100 MM X ½"	ÁGUA	R$ 22,23	R$ 2.223,00

27	100	COLAR DE TOMADA PVC COM TRAVAS E SAÍDAS ROSCÁVEL 60 MM X ½”	ÁGUA	R$ 15,28	R$ 1.528,00
28	6	CRUZETA PVC PBA JE DE 110MM C/ANÉIS –	ÁGUA	R$ 442,59	R$ 2.655,54
29	10	CRUZETA PVC PBA JE DE 60MM C/ANÉIS –	ÁGUA	R$ 69,73	R$ 697,30
30	20	CURVA 90° PVC SD - 60 MM TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 28,09	R$ 561,80
31	8	CURVA FLANGEADA DE 45° DN 150MM FERRO FUNDIDO DÚCTIL	ÁGUA	R$ 2.108,25	R$ 16.866,00

32	100	CURVA LONGA ESGOTO 45° BRANCO -100MM TIGRE OU SIMILAR.	ESGOTO	R$ 61,11	R$ 6.111,00
33	4	DUTO CORRUGADO 2 POLEGADAS DN 63 POLIETILENO ROLO DE 50 MTS.	ÁGUA	R$ 433,26	R$ 1.733,04
34	4	EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 100 C/ANEL.	ÁGUA	R$ 486,40	R$ 1,945,60
35	6	EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 150 C/ANEL.	ÁGUA	R$ 766,46	R$ 4.598,76

36	2	EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 200 C/ANEL.	ÁGUA	R$ 1.127,21	R$ 2.254,42
37	6	EXTREMIDADE COM BOLSA E FLANGE PVC DE110MM.C/ANEL DE VEDAÇÃO	ÁGUA	R$ 363,61	R$ 2.181,66
38	10	FILTRO PARA CAIXA D'ÁGUA CAVALETE- TEM A FUNÇÃO DE RETER PARTÍCULAS DE SUJEIRA, VAZÃO NOMINAL: 1.200 L/H; – GRAU DE FILTRAÇÃO: CLASSE D – ENTRE 15 E 30 MICRA FORTLEV OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 691,30	R$ 6.913,00
39	400	FITA VEDA ROSCA, MED. 18 MM X 50 MM NBR 16368. AMANCO OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 12,20	R$ 4.880,00
40	300	JOELHO / COTOVELO 90° BRONZE ROSCA ½	ÁGUA	R$ 32,11	R$ 9.633,00

41	1200	JOELHO ADAPTADOR DE COMPRESSÃO ROSCA MACHO EM POLIPROPILENO 20 X ½	ÁGUA	R$ 5,48	R$ 6.576,00
42	300	JOELHO BUCHA DE LATÃO ÁGUA FRIA ROSCA 90° – DN 1/2. TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 34,75	R$ 10.425,00
43	200	JOELHO ESGOTO 90° BRANCO-100MM TIGRE OU SIMILAR.	ESGOTO	R$ 16,30	R$ 3.260,00
44	15	JOELHO PVC SD 90° AGUA FRIA 85 MM. TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 142,05	R$ 2.130,75
45	15	JOELHO PVC SD 90º ÁGUA FRIA DE 60MM . TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 49,25	R$ 738,75

46	10	LUVA CORRER DUPLA COLETOR DE ESGOTO CORRUGADO (OCRE) -150MM (C/ANEL)	ESGOTO	R$ 62,05	R$ 620,50
47	10	LUVA CORRER DUPLA COLETOR DE ESGOTO CORRUGADO (OCRE) -250MM (C/ANEL)	ESGOTO	R$ 232,70	R$ 2.327,00
48	10	LUVA CORRER DUPLA COLETOR DE ESGOTO CORRUGADO (OCRE) -300MM (C/ANEL)	ESGOTO	R$ 508,02	R$ 5.080,20
49	200	LUVA DE CORRER ESGOTO BRANCO-100MM TIGRE OU SIMILAR.	ESGOTO	R$ 24,84	R$ 4.968,00
50	100	LUVA DE CORRER PVC AGUA FRIA - 32 MM C/ ANEL TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 21,46	R$ 2.146,00

51	50	LUVA DE CORRER PVC AGUA FRIA - 50 MM C/ ANEL TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 30,01	R$ 1.500,50
52	30	LUVA DE CORRER PVC JEI DEFOFO DE 150MM C/ ANEL.	ÁGUA	R$ 209,49	R$ 6.284,70
53	20	LUVA DE CORRER PVC JEI DEFOFO DE 200MM C/ ANEL.	ÁGUA	R$ 400,98	R$ 8.019,60
54	10	LUVA DE CORRER PVC JEI DEFOFO DE 300MM C/ ANEL	ÁGUA	R$ 998,31	R$ 9.983,10
55	200	LUVA DE CORRER PVC PBA DE 60 MM C/ ANEL .	ÁGUA	R$ 43,93	R$ 8.786,00

56	1000	LUVA PVC C/ ROSCA AGUA 1/2" . TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 2,39	R$ 2.390,00
57	30	LUVA PVC C/ ROSCA AGUA 1" . TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 7,80	R$ 234,00
58	30	LUVA PVC C/ ROSCA AGUA 3/4" . TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 3,67	R$ 110,10
59	100	LUVA PVC SOLDAVEL AGUA FRIA - 20 MM TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 1,17	R$ 117,00

60	50	LUVA PVC SOLDAVEL AGUA FRIA - 25 MM TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 1,19	R$ 59,50
61	50	LUVA PVC SOLDAVEL AGUA FRIA - 32 MM TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 2,69	R$ 134,50
62	6	MANGUEIRA CRISTAL PCV ½" X 2MM 100 METROS	ÁGUA	R$ 496,64	R$ 2.979,84
63	1	MANGUEIRA DE CRISTAL 3/8 100 METROS	ÁGUA	R$ 245,17	R$ 245,17
64	100	MANGUEIRA POLIETILENO PARA LIGAÇÃO PREDIAL AZUL 20MM 100MTS	ÁGUA	R$ 795,26	R$ 79.526,00

65	6	MANGUEIRAS DE JARDIM COM 30 METROS 	ÁGUA	R$ 143,72	R$ 862,32
66	100	PARAFUSOS PARA JUNTAS DE FLANGE DN 50MM DIAMETRO 15MM COMPRIMENTO DA ROSCA 75MM COMPRIMENTO TOTAL 85MM FERRO PN10 COM ARRUELAS E PORCAS EM AÇO CARBONO ABNT-1020 	ÁGUA	R$ 14,30	R$ 1.430,00
67	200	PASTA LUBRIFICANTE 400 GR (LINHA ÁGUA) TIGRE OU SIMILAR. 	ÁGUA	R$ 46,09	R$ 9.218,00
68	15	REDUÇÃO COM PBA JE - 110X60 DE. 	ÁGUA	R$ 125,00	R$ 1.875,00
69	8	REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL JE DE 150MM PARA 110 DN PONTA BOLSA	ÁGUA	R$ 542,62	R$ 4.340,96

70	5	REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL JE DE 150MM PARA DE 60 DN PONTA BOLSA	ÁGUA	R$ 532,14	R$ 2.660,70
71	2	REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL JE DE 200MM PARA DE 150 DN PONTA BOLSA.	ÁGUA	R$ 786,51	R$ 1573,02
72	1200	REGISTRO BORBOLETA ESFERA PVC ½" COMPRIMENTO 65MM ALTURA 45MM NORMAS NBR 10306.	ÁGUA	R$ 22,05	R$ 26.460,00
73	500	REGISTRO DE ESFERA DE ½. COM ROSCA EXTERNA E CABEÇA QUADRADA EM PVC.	ÁGUA	R$ 10,36	R$ 5.180,00
74	200	REGISTRO ESFERA BORBOLETA ½ PVC MARROM ROSCA INTERNA.	ÁGUA	R$ 16,01	R$ 3.202,00

75	4	REGISTRO FERRO FUNDIDO DUCTIL FLANGEADO DE 200MM. REVESTIMENTO INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE, PINTURA EPÓXI VERMELHA. (LINHA ESGOTO)	ESGOTO	R$ 3.274,78	R$ 13.099,12
76	4	REGISTRO FERRO FUNDIDO DÚCTIL FLANGEADO DE 60MM.	ESGOTO	R$ 1.069,33	R$ 4.277,32
77	300	REGISTRO GAVETA EM BRONZE ½"	ÁGUA	R$ 73,33	R$ 21.999,00
78	10	REGISTRO GAVETA FERRO FUNDIDO BOLSA CUNHA DE BORRACHA CABEÇOTE DE 150MM E HASTE DE INOX C/ ANEL	ÁGUA	R$ 2.930,89	R$ 29.308,90
79	35	REGISTRO GAVETA FERRO FUNDIDO BOLSA CUNHA DE BORRACHA CABEÇOTE DE 60 MM, HASTE DE INOX C/ ANEL.	ÁGUA	R$ 889,68	R$ 31.138,80

80	15	REGISTRO GAVETA FERRO FUNDIDO BOLSA E CUNHA DE BORRACHA CABEÇOTE DE 110MM HASTE DE INOX C/ ANEL	ÁGUA	R$ 1.616,87	R$ 24.253,05
81	20	REGULADOR DE NÍVEL RN-770 VOLTAGEM MÁXIMA 250V, AMPERAGEM 15 (RESISTIVA) 8A (INDUTIVA), CABO DE PVC 5 MTS. INDICADO PARA ELEVATÓRIA DE ESGOTO. SPV OU SIMILAR. Temperatura de Trabalho: até 80°C podendo atingir picos de 150°C Pressão de Trabalho: até 5bar Grau de Certificação: IP68X8	ESGOTO	R$ 419,32	R$ 8.386,40
82	20	SIFÃO SANFONADO PVC TIPO SIMPLES	ÁGUA	R$ 11,09	R$ 221,80
83	150	TAMPA FERRO FUNDIDO NODULAR ARTICULADO DN100 NBR10160 (REDONDO) 10 CM DE DIÂMETRO C/ LOGO *ÁGUA*.	ÁGUA	R$ 206,10	R$ 30.915,00

84	30	TAMPÃO COMPLETO FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA HIDRANTE ARTICULADO (30 CM X 30 CM)	ÁGUA	R$ 411,60	R$ 12.348,00
85	30	TÊ DE PVC ESGOTO BRANCO DN 100MM TIGRE OU SIMILAR.	ESGOTO	R$ 14,08	R$ 422,40
86	15	TÊ DE REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL BOLSA X BOLSA X BOLSA DN 150X DN 100 C/ ANEL.	ÁGUA	R$ 999,54	R$ 14.993,10
87	6	TÊ DE REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL BOLSA X BOLSA X FLANGE DN 150X DN 50 C/ ANEL.	ÁGUA	R$ 1.304,20	R$ 7.825,20

88	3	TÊ DE REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL BOLSA X BOLSA X FLANGE DN 200 X DN 150 C/ ANEL.	ÁGUA	R$ 2.129,96	R$ 6.389,88
89	2	TÊ DE REDUÇÃO FERRO FUNDIDO DÚCTIL FLANGE X FLANGE X FLANGE 150 X 50 DN.	ÁGUA	R$ 1.803,32	R$ 3.606,64
90	15	TE PVC BBB PBA JE - DE 110 MM (C/ANEL) NBR 5647 (TODO EM PVC) TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 192,06	R$ 2.880,90
91	20	TE PVC BBB PBA JE - DE 60 MM (C/ANEL) NBR 5647 (TODO EM PVC) TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 45,40	R$ 908,00
92	30	TE PVC ROSCÁVEL DE ½ TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 10,67	R$ 320,10

93	30	TE PVC ROSCÁVEL DE ¾ TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 14,52	R$ 320,10
94	30	TE PVC ROSCÁVEL DE 1' TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 17,20	R$ 516,00
95	20	TÊ SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 40MM. TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 14,85	R$ 297,00
96	5	TOCO (FLANGE X FLANGE) FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN150 COMP.0,50 MTS.	ÁGUA	R$ 1.659,00	R$ 8.295,00

97	1	TORNEIRA BOIA AUTOMÁTICA EM FºFº NODULAR FLANGEADA DN 300MM PN 10.	ÁGUA	R$ 37.966,67	R$ 37.966,67
98	60	TORNEIRA BÓIA UNIVERSAL CAIXA D'ÁGUA 1/2 E 3/4 ROSCA EXTERNA ATÉ 80 M.C.A	ÁGUA	R$ 29,26	R$ 1.755,60
99	60	TORNEIRA DE JARDIM EM PVC ½ PARA JARDIM COM ADAPTADOR DE ¾ ACABAMENTO FOSCO COR PRETO.	ÁGUA	R$ 3,13	R$ 187,80
100	200	TUBO COLETOR ESGOTO EM PVC DUPLA PAREDE (CORRUGADO)- 6M JE – 150MM. (OCRE) C/ANEL	ESGOTO	R$ 340,09	R$ 68.018,00

101	10	TUBO COLETOR ESGOTO EM PVC DUPLA PAREDE (CORRUGADO)- 6M JE – 250MM. (OCRE) C/ANEL	ESGOTO	R$ 1.132,27	R$ 11.322,70
102	10	TUBO COLETOR ESGOTO EM PVC DUPLA PAREDE (CORRUGADO)- 6M JE – 300MM. (OCRE)C/ANEL	ESGOTO	R$ 1.623,00	R$ 16.230,00
103	4	TUBO DE FERRO DN 100MM K9 COM FLANGE FLANGE 6 MTS.	ÁGUA	R$ 6.616,33	R$ 26.465,32
104	4	TUBO DE FERRO DN 150MM K9 COM FLANGE FLANGE 6 MTS.	ÁGUA	R$ 8.609,77	R$ 34.439,08
105	100	TUBO ESGOTO (BRANCO) 6 MTS -100MM TIGRE OU SIMILAR.	ESGOTO	R$ 95,17	R$ 9.517,00

106	300	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA JEI DE 110MM CLASSE 15 6 MTS C/ ANEL – TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 422,02	R$ 126.606,00
107	600	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA JEI DE 60 6 MTS C/ANEL– TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 197,34	R$ 118.404,00
108	30	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA SD -20MM 6 MTS TIGRE OU SIMILAR. TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 19,66	R$ 589,80
109	100	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA SD -32MM 6 MTS TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 52,37	R$ 5.237,00
110	20	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA SD -50MM 6 MTS TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 89,53	R$ 1.790,60
111	20	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA SD -85MM 6 MTS TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 381,07	R$ 7.621,40

112	10	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA SD –DE 60MM 6 MTS- TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 193,49	R$ 1.934,90
113	20	TUBO MARROM PVC AGUA FRIA SOLDÁVEL DE 110MM CLASSE 15 6 MTS – TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 798,26	R$ 15.965,20
114	300	TUBO PVC- DEFOFO 1 MPA (NBR 7665) JEI - DN 150 MM 6 MTS COM ANEL VEDAÇÃO.	ÁGUA	R$ 994,13	R$ 298.239,00
115	100	TUBO PVC- DEFOFO 1 MPA (NBR 7665) JEI - DN 200 MM 6 MTS COM ANEL VEDAÇÃO.	ÁGUA	R$ 1.478,67	R$ 147.867,00
116	30	UNIÃO COM ROSCA ½ BRANCO TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 11,45	R$ 343,50

117	30	UNIÃO COM ROSCA ¾ BRANCO TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 13,41	R$ 402,30
118	30	UNIÃO COM ROSCA 1" BRANCO TIGRE OU SIMILAR.	ÁGUA	R$ 30,35	R$ 910,50
119	100	UNIÃO POLIPROPILENO PARA PEAD – 20 MM	ÁGUA	R$ 12,82	R$ 1.282,00
120	2	VÁLVULA DE RETENÇÃO PORTINHOLA ÚNICA FERRO FUNDIDO DÚCTIL FLANGEADA DN200 (LINHA DE ÁGUA)	ÁGUA	R$ 4.468,08	R$ 8.936,16
121	4	VÁLVULA DE RETENÇÃO PORTINHOLA ÚNICA FERRO FUNDIDO DÚCTIL FLANGEADA DN200. REVESTIMENTO INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE, PINTURA EPÓXI VERMELHA (LINHA ESGOTO).	ESGOTO	R$ 4.568,08	R$ 18.272,32

122	3	VÁLVULA REDUTORA DE PRESSÃO DE FLANGE DN 200 DE FERRO DÚCTIL PARA CONTROLE DE ÁGUA.	ÁGUA	R$ 35.823,47	R$ 107.470,41
123	10	VÁLVULA VENTOSA SIMPLES FUNÇÃO COM ROSCA DE 3/4".	ÁGUA	R$ 198,25	R$ 1.982,50
124	4	VENTOSA FERRO FUNDIDO FLANGEADO TRÍPLICE DE 60MM (C/ARRUELA DE BORRACHA)	ÁGUA	R$ 1.302,86	R$ 5.211,44
				TOTAL	R$ 1.652.246,72

Relatório de preço gerado no dia 15/06/2026 14:12:17 (IP: 45.230.161.8) Código Validação: tFsMo7Ir4BcclBvPbBa6v2%2fn5HMzeRVjYNOCTC7Sf38qHU8nPtm6WA%3d%3d
Link para confirmação

http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=tFsMo7Ir4BcclBvPbBa6v2%252fn5HMzeRVjYNOCTC7Sf38qHU8nPtm6WA%253d%253d

2.1. Verifica-se que o valor estimado para a presente contratação é compatível com os preços praticados no mercado, conforme verificado por meio de pesquisa de preços realizada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as práticas usuais de mercado e os preços praticados em contratações similares por órgãos e entidades da Administração Pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para participação na presente licitação, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em **ramo de atividade compatível com o fornecimento de materiais hidráulicos**, apresentando os documentos exigidos no edital para fins de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Não será adotada cota reservada de até 25% para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nem será estabelecido item exclusivo para tais empresas, tendo em vista que o objeto contempla ampla variedade de materiais hidráulicos (mais de 100 itens distintos), com diferentes especificações técnicas, aplicações e níveis de complexidade.

A fragmentação do objeto, por meio da criação de cotas ou itens exclusivos, poderá comprometer a eficiência logística do fornecimento, dificultar a padronização dos materiais utilizados pela Autarquia e aumentar o risco de descontinuidade no atendimento das demandas operacionais.

Ademais, a necessidade de fornecimento parcelado, contínuo e, por vezes, imediato, exige fornecedores com capacidade de atender simultaneamente a diversos itens, o que pode ser prejudicado pela limitação da participação de empresas, reduzindo a competitividade efetiva e impactando a economicidade da contratação.

3.3. As empresas deverão anexar, juntamente com os documentos de habilitação, **catálogo técnico, manuais, folders, folhetos ou qualquer documentação técnica oficial emitida pelo fabricante ou fornecedor**, conforme disposto no art. 23, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de comprovar a **compatibilidade dos materiais ofertados com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência**, sob pena de desclassificação da proposta.

(A Administração poderá diligenciar junto ao fabricante para confirmar a autenticidade da documentação apresentada.)

3.4. Os licitantes deverão indicar, em suas propostas, **informações sobre assistência técnica, distribuição ou suporte logístico**, sempre que aplicável, incluindo endereços físicos, contatos telefônicos e eletrônicos, e nomes dos representantes comerciais ou técnicos responsáveis pelo atendimento.

3.5. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, as seguintes informações mínimas:

Nome do contratado (empresa proponente);

Nome do contratante (órgão ou entidade contratante);

Objeto do contrato;

Quantitativo(s) fornecido(s);

Desempenho do fornecimento e/ou conformidade com o que foi contratado.

3.6. Para fins de análise da qualificação técnica, será considerada como **parcela de maior relevância** a experiência do licitante no fornecimento de **materiais hidráulicos para abastecimento de água e sistemas de esgoto**, destinados a órgãos públicos ou serviços equivalentes, com características técnicas compatíveis ou superiores às especificadas neste Termo de Referência, conforme o §1º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. Da Apresentação de Amostras

O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, no prazo de 3 (três) dias, amostra(s) do(s) item(ns) ofertado(s), para fins de verificação de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

As amostras poderão ser submetidas à análise técnica, incluindo inspeção visual, verificação de materiais, dimensões, acabamento e, quando aplicável, testes de desempenho em sistema hidráulico, com o objetivo de aferir a qualidade e a adequação ao uso pretendido.

A não apresentação das amostras no prazo estipulado, ou a sua reprovação quanto aos requisitos técnicos e de qualidade, implicará na desclassificação da proposta, podendo ser convocado o licitante subsequente, conforme a ordem de classificação.
As despesas com envio, substituição ou retirada das amostras correrão por conta do licitante.
3.8. Todos os materiais hidráulicos a serem fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes no país, em especial às normas da ABNT aplicáveis, tais como NBR 5626 (Instalações prediais de água fria), NBR 7198 (Instalações prediais de água quente), NBR 5688 (Sistemas prediais de água pluvial) e demais normas correlatas. Os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, possuir certificação do INMETRO quando aplicável, além de apresentar resistência, estanqueidade, durabilidade e desempenho compatíveis com as condições de uso. Deverão ainda ser compatíveis entre si e com os sistemas existentes, garantindo perfeito funcionamento e vedação, sem risco de vazamentos ou falhas operacionais.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento dos materiais hidráulicos será realizado **conforme demanda da Autarquia Águas de Casimiro**, mediante solicitação formal, observando o quantitativo máximo previsto na Ata de Registro de Preços. A entrega deverá ocorrer em **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** a partir da data de solicitação, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar **marca, fabricante e descrição detalhada dos materiais fornecidos**. Em situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração, poderá ser solicitado prazo inferior, desde que haja concordância da contratada.
4.2. O transporte e a entrega dos materiais no local designado pela Autarquia, incluindo descarga, acondicionamento e conferência, serão de inteira responsabilidade da contratada, abrangendo todos os encargos logísticos, trabalhistas e operacionais.
4.3. Todos os materiais deverão ser fornecidos **novos, em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência**, com garantia mínima de 12 (doze) meses, quando aplicável, contra defeitos de fabricação, bem como acompanhados de documentação técnica oficial do fabricante, incluindo catálogos, manuais ou folders.
4.4. A Administração designará representante técnico para acompanhar, fiscalizar e registrar todas as ocorrências relacionadas à entrega e conferência dos materiais, determinando, se necessário, a substituição de produtos que apresentem **não conformidade com as especificações técnicas**.
4.5. Todos os custos incidentes sobre o fornecimento, incluindo, mas não se limitando a: transporte, acondicionamento, tributos, taxas, seguros e demais encargos, deverão estar incluídos no preço ofertado, sem qualquer custo adicional para a Autarquia.
4.6. O fornecimento dos materiais deverá atender às **normas técnicas brasileiras vigentes**, garantindo a qualidade, segurança e compatibilidade com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Casimiro de Abreu/RJ.
4.7. Qualquer fornecimento que **não atender às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência será rejeitado**, cabendo à contratada substituí-lo no prazo determinado pela Administração, correndo os custos por sua conta e risco, sem prejuízo das penalidades previstas no edital.
4.8. Sempre que necessário, a contratada deverá fornecer **instruções de manuseio, instalação e utilização dos materiais**, incluindo orientações técnicas ou treinamentos básicos para o pessoal operacional da Autarquia, sem custos adicionais.
4.9. Todos os itens necessários para que os materiais entregues possam ser **utilizados de forma segura e eficiente**, em conformidade com normas técnicas e regulamentos aplicáveis, deverão estar inclusos no preço ofertado.

5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1. Os materiais hidráulicos deverão ser entregues **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** a partir da solicitação formal da Autarquia Águas de Casimiro, podendo este prazo ser prorrogado, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e seus anexos.

5.2. É de responsabilidade da contratada o **transporte, desembarque e acondicionamento adequado dos materiais** no local indicado pela Autarquia, garantindo a integridade física dos produtos.
5.3. A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Autarquia, observando os horários e condições previamente estabelecidos.
5.4. O recebimento dos materiais será efetuado em duas etapas:
Recebimento provisório: para conferência de quantidade, conformidade com as especificações técnicas, qualidade e condições contratuais. Caso sejam identificadas divergências, a Autarquia notificará a contratada para regularização, suspendendo-se os prazos de pagamento até a correção;
Recebimento definitivo: após a regularização e conferência final, com assinatura da nota fiscal correspondente, liberando-se o pagamento conforme previsto no Termo de Referência.
5.5. Os materiais poderão ser **rejeitados total ou parcialmente** caso não atendam às especificações técnicas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, sendo a contratada notificada para substituição ou complementação do fornecimento, com prazos de pagamento suspensos até o aceite definitivo.
5.6. Em caso de parte da entrega estar em conformidade, o pagamento correspondente a essa parcela deverá ser liberado dentro do prazo original, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.
5.7. A contratada deverá entregar os materiais nas dependências da Autarquia ou outro local indicado, mediante prévia autorização do responsável designado, respeitando os horários de funcionamento do órgão.
5.8. Todas as despesas relacionadas ao transporte, acondicionamento e conferência dos materiais são de responsabilidade da contratada, sem custos adicionais para a Autarquia.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento à contratada pelo fornecimento dos materiais hidráulicos, conforme os quantitativos entregues e aceitos, nos prazos, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no contrato.
6.2. Fornecer à contratada as condições necessárias à execução do fornecimento, garantindo **acesso ao local de entrega e instalações**, quando aplicável, e demais facilidades operacionais para conferência dos materiais.
6.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento não atender às especificações técnicas, quantitativos ou condições estipuladas no Termo de Referência e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
6.4. Designar servidor do quadro da Autarquia como responsável pelo **acompanhamento e fiscalização** da execução do fornecimento, bem como do cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.
6.5. Receber os materiais entregues nos prazos e condições estabelecidos, incluindo o **recebimento provisório e definitivo**, conferindo quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas.
6.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.7. Comunicar a contratada sobre a emissão de **nota fiscal referente a parcela incontroversa** do fornecimento, para efeito de liquidação e pagamento, nos casos de divergência quanto à quantidade, qualidade ou conformidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.8. Notificar, quando necessário, os órgãos de controle ou representação judicial da Administração sobre eventuais descumprimentos contratuais pela contratada, para adoção das medidas cabíveis.
6.9. Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações, reclamações ou dúvidas relacionadas à execução do fornecimento, ressalvadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou sem relevância para a execução do contrato.
6.10. Cumprir todas as demais cláusulas e obrigações assumidas no presente contrato, observando os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e transparência**.

6.11. A Administração não se responsabilizará por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, nem por danos a terceiros decorrentes de atos da contratada, de seus empregados ou prepostos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes do perfeito fornecimento dos materiais hidráulicos.

7.2. Fornecer os materiais em **perfeitas condições**, de acordo com as especificações técnicas, quantidade e prazos estabelecidos no edital, no Termo de Referência, no contrato e na proposta comercial vencedora, acompanhados da respectiva nota fiscal, contendo, obrigatoriamente: nome do produto, marca, fabricante e demais identificadores pertinentes.

7.3. Responder por quaisquer vícios, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento dos materiais, nos termos da legislação aplicável, incluindo os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

7.4. Substituir ou complementar, às suas expensas e no prazo determinado pela Autarquia, qualquer material entregue com avarias, defeitos ou em desconformidade com as especificações técnicas e quantitativos contratados.

7.5. Comunicar à Autarquia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que possam impedir o cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa documentada.

7.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase do procedimento de registro de preços, compatíveis com as obrigações assumidas.

7.7. Indicar preposto formalmente constituído para representar a contratada durante a execução do fornecimento, respondendo por esclarecimentos, entregas e procedimentos administrativos relacionados.

7.8. Cumprir, durante toda a execução do contrato, todas as exigências legais vigentes, incluindo legislação fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental aplicável.

7.9. Fornecer, sempre que solicitado, documentação fiscal, técnica ou ambiental que comprove a regularidade e conformidade da empresa e de seus fornecedores ou transportadoras envolvidas no fornecimento.

7.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, entregar mensalmente ao setor responsável pela fiscalização os seguintes documentos atualizados:
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
Certidões da Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada;
Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.11. Responsabilizar-se por todos os ônus, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais incidentes sobre a execução do contrato.

7.12. Garantir a entrega dos materiais de forma segura, adequada ao transporte e armazenamento, zelando pela integridade física dos produtos até a entrega definitiva à Autarquia.

7.13. Reparar ou substituir, sem ônus para a Autarquia, qualquer material que apresente defeito, avaria ou inconformidade técnica com o pactuado no contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

7.14. Executar diretamente as obrigações assumidas, não sendo permitida subcontratação, exceto se expressamente prevista no edital e autorizada formalmente pela Autarquia.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s) pelo responsável legal da entidade emitente, comprovando que a empresa já forneceu, de forma satisfatória, materiais hidráulicos compatíveis com o objeto desta contratação.

O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos previstos para os itens de maior relevância do objeto, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
Nome e CNPJ do contratado e do contratante;
identificação do objeto fornecido (tipo ou natureza do material hidráulico);
Indicação clara da similaridade com os itens especificados neste Termo de Referência;
Quantidades fornecidas;
Desempenho satisfatório na execução contratual.

8.3. Para análise do atestado, será considerada como parcela de maior relevância o fornecimento de materiais hidráulicos similares em **tipo, qualidade e finalidade**, conforme as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

8.4. Os interessados deverão comprovar que atuam em **ramo de atividade compatível com o fornecimento de materiais hidráulicos**, bem como apresentar os documentos solicitados no edital para habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. Em razão do valor estimado da contratação e da natureza do objeto, não será adotada licitação exclusiva para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Embora se trate de bens comuns, o objeto envolve o fornecimento de grande diversidade de materiais hidráulicos, com necessidade de disponibilidade contínua, logística eficiente e capacidade de atendimento parcelado, características que demandam estrutura operacional compatível por parte dos fornecedores.

A restrição da participação exclusivamente a ME/EPP poderá reduzir o número de licitantes aptos a atender integralmente à demanda, aumentando o risco de fracasso do certame ou de execução contratual ineficiente, com impactos diretos na continuidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato será executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que a formalidade for exigida, admitindo-se, para tanto, o uso de mensagens eletrônicas oficiais, inclusive e-mail institucional ou sistema eletrônico utilizado pela Administração.

9.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser implementadas de forma imediata, especialmente nos casos de irregularidades na entrega ou descumprimento contratual.

9.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para participar de reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização e gestão do contrato, contendo:
Obrigações contratuais da contratada;
Mecanismos de fiscalização e controle;
Estratégias de execução do objeto;
Plano complementar de execução, se houver;
Método de aferição da conformidade e quantidade dos materiais entregues;
Penalidades aplicáveis;
Demais orientações pertinentes.

9.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como gestor do contrato e/ou pelos fiscais designados, podendo ser substituídos por outros servidores formalmente designados, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Gestor do contrato, Felipe Rodrigues Correa matrícula nº 132, ocupante do cargo de Assessor Eletrotécnico, e/ou pelos fiscais designados, podendo ser: Fábio Klem Mafort, Josué Moura dos Santos.

9.6. O gestor ou fiscal do contrato deverá verificar, ao longo da vigência contratual:

A manutenção das condições de habilitação da contratada;
O cumprimento de prazos e cronogramas de entrega;
A conformidade técnica e quantitativa dos materiais fornecidos;
O acompanhamento do empenho e dos pagamentos;
A existência de garantias contratuais, se for o caso;
A formalização de eventuais apostilamentos e termos aditivos, nos termos da legislação vigente;
Solicitar documentação comprobatória pertinente, sempre que necessário, para garantir a regular execução do contrato.

10. FORMA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente ao fornecimento dos materiais hidráulicos, após conferência, recebimento definitivo e atestação pela fiscalização designada pela Administração.

10.2. A contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, observando os preços registrados e a ordem de fornecimento conforme demanda da Autarquia.

10.3. Para fins de habilitação no certame, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos legais:
Regularidade jurídica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
Regularidade técnica, conforme exigido neste Termo de Referência;
Regularidade fiscal e trabalhista, incluindo Fazenda Nacional, Estadual e Municipal;
Regularidade perante a Seguridade Social (INSS e FGTS);
Situação econômico-financeira compatível com as obrigações decorrentes do contrato;
Comprovação de atuação em ramo de atividade compatível com fornecimento de materiais hidráulicos, apresentando documentação técnica dos produtos ofertados.

10.4. A seleção do fornecedor se dará com base no **preço registrado e condições de fornecimento**, observando-se a ordem cronológica de solicitação pela Administração e a conformidade técnica dos materiais ofertados.

10.5. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços considerando que os materiais hidráulicos são bens de padrão de mercado disponível, de fornecimento recorrente e passível de aquisição parcelada, conforme caracterização apresentada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

11. RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

11.1. Justificativa: O fornecimento de materiais hidráulicos pode ser atendido por empresas atuantes individualmente no mercado, não havendo necessidade de articulação entre empresas para execução do objeto.

11.2. A participação de empresas reunidas em consórcio poderia restringir a competitividade e comprometer os princípios da igualdade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Diante disso, fica vedada a participação de empresas em consórcio, por não se justificar necessidade técnica ou econômica para tal formato de contratação.

12. JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DOS DEVERES DO ARTIGO 48, I E III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (ITEM EXCLUSIVO E COTA RESERVADA DE ATÉ 25%)

12.1. O objeto da presente contratação refere-se ao fornecimento parcelado de materiais hidráulicos destinados à manutenção da rede de abastecimento de água e de esgoto do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Casimiro de Abreu/RJ, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

12.2. Embora os materiais possam ser adquiridos em quantidades menores, a diversidade de itens e a necessidade de atendimento contínuo à rede de água e esgoto exigem fornecedores com capacidade técnica e logística compatível com a integralidade da demanda, garantindo a disponibilidade imediata dos produtos e evitando interrupções nos serviços essenciais.

12.3. Assim, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, deixa-se de aplicar o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que, no caso concreto, tal medida não se mostra vantajosa para a Administração Pública.

A presente contratação envolve o fornecimento parcelado de ampla gama de materiais hidráulicos essenciais à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, exigindo fornecedores com capacidade técnica, operacional e logística para garantir o atendimento contínuo, eficiente e tempestivo das demandas da Autarquia.

A adoção de benefícios como exclusividade ou reserva de cotas poderá restringir o universo de fornecedores aptos, comprometer o ganho de escala, aumentar a complexidade da gestão contratual e elevar o risco de desabastecimento de itens críticos, afetando diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Dessa forma, a não aplicação do tratamento diferenciado encontra-se devidamente justificada, visando resguardar a competitividade, a economicidade e a eficiência da contratação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Será permitida a subcontratação parcial, limitada a serviços auxiliares relacionados ao fornecimento dos materiais hidráulicos, tais como transporte, armazenagem, separação ou logística de entrega, desde que previamente autorizada pela Administração.

13.2. A subcontratação não poderá recair sobre o fornecimento principal dos materiais, nem eximirá a empresa contratada de sua inteira responsabilidade técnica, legal e contratual perante a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. A contratada deverá informar previamente e por escrito quaisquer empresas subcontratadas envolvidas, apresentando documentação que comprove sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como capacidade técnica compatível com a atividade a ser executada.

14. DA GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XII)

14.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante deste registro de preços, considerando o caráter parcelado, o valor estimado e a natureza dos materiais a serem fornecidos, em conformidade com o disposto no artigo 92, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total para a contratação dos materiais hidráulicos é de **R$ 1.652.246,72 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos.)**, considerando a previsão de fornecimento ao longo do período de vigência do registro de preços.

15.2. A pesquisa de preços utilizada para a definição do valor estimado seguiu os parâmetros do **art. 5º do Decreto Municipal nº 5.232/2023**, que estabelece diretrizes para levantamento de preços no âmbito da Administração Pública Municipal.

15.3. Para a definição do valor estimado, adotou-se a metodologia da **média aritmética simples dos preços obtidos na pesquisa de mercado**, garantindo maior precisão e representatividade do orçamento, em conformidade com o art. 5º do Decreto Municipal nº 5.232/2023 e com o art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Constata-se que o valor estimado está compatível com os preços praticados no mercado, observando as diretrizes do referido decreto e assegurando economicidade, legalidade e eficiência na futura contratação.

15.5. Fica vedada a participação de empresas em consórcio, a fim de preservar a ampla competitividade e a transparência do certame, conforme estabelecido no edital.

15.6. Não será exigida garantia contratual, considerando que o fornecimento refere-se a **materiais de consumo (materiais hidráulicos) e não a serviços de execução complexa ou indivisível**, sendo a Administração protegida por meio de conferência técnica, fiscalização e recebimento formal das entregas.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Nos termos do artigo 6º do Decreto nº 5.235/2023, a comprovação da existência de disponibilidade de créditos orçamentários será exigida exclusivamente no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento jurídico equivalente.

16.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA DE TRABALHO: 17.512.0447.2.017 e 17.512.0449.2.019
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Disposições Gerais

17.1.1. O licitante ou a contratada que cometer qualquer das infrações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções administrativas previstas neste instrumento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.1.2. A aplicação das sanções observará a gravidade da infração cometida, as circunstâncias do caso concreto, a natureza e a relevância do objeto contratado, os danos causados à Administração, bem como a reincidência do infrator.

17.2. Das Infrações Administrativas

17.2.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, dentre outras:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.

17.3. Das Sanções Aplicáveis

17.3.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.4. Da Advertência

17.4.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 17.2.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5. Da Multa

17.5.1. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, observados os seguintes parâmetros:

I – Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

II – Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial;

III – multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total;

IV – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do item ou lote afetado, em caso de descumprimento de obrigações acessórias ou inadimplemento de exigências contratuais que não configurem inexecução.

17.5.2. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada administrativamente ou judicialmente.

17.6. Do Impedimento de Licitar e Contratar

17.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do item 17.2.1, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
17.7. Da Declaração de Inidoneidade
17.7.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do item 17.2.1, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.
17.7.2. A aplicação desta sanção impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
17.8. Do Processo Administrativo Sancionador
17.8.1. A aplicação de qualquer das sanções previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
17.8.2. A contratada será formalmente notificada para apresentação de defesa prévia no prazo legal, contado da data de ciência da imputação.
17.8.3. A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá ser devidamente motivada, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
17.9. Da Cumulação e dos Efeitos das Sanções
17.9.1. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.
17.9.2. A aplicação de sanção não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
17.9.3. A aplicação de multa não impede a rescisão contratual, quando cabível.
17.10. Da Rescisão Contratual
17.10.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência implicará na aplicação das **medidas administrativas e penalidades previstas na legislação vigente**, especialmente no que se refere à Lei Federal nº 14.133/2021.
18.2. Os casos omissos serão resolvidos **em conformidade com a legislação aplicável**, priorizando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e ampla competitividade estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.3. Este Termo de Referência é **parte integrante e complementar às cláusulas e condições do ato oficial de contratação direta ou registro de preços**, vinculando os agentes públicos e fornecedores que participarem do certame e das contratações subsequentes.
18.4. Elaborado por: **Felipe Rodrigues Correa**, Assessor Eletrotécnico, revisado por Leandro Alves Honorato, Coordenador Geral de Administração, Matrícula 101.
18.5. Em observância às informações contidas neste processo e às normas vigentes, **aprovo o presente Termo de Referência**.

Casimiro de Abreu, 30 de Julho de 2026.

FELIPE RODRIGUES CORREA
Assessor Técnico
Port. SAAE nº 05/2026

ANEXO II - *MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS*

A empresa abaixo se propõe a fornecer os produtos químicos, objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____ CNPJ:_____

Endereço:_____Cidade: _____- Estado: _____

CEP: _____ Telefone: (__) _____ Fax: (__) _____

E-mail:_____

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR TOTAL
1				R$
2				R$
VALOR TOTAL R$				

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R$ _____ (_____ _____).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º 002/2026.

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (Noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: _____ - AGÊNCIA: _____ - CONTA CORRENTE: _____

Local e data

Nome da empresa licitante

Responsável legal

assinar e carimbar

ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº____/2026

O(A) ..... (*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal 3.393, de 08 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº .....*/20...] ou *[do Aviso da Contratação Direta nº]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido noedital)*	Unidade	Qtde Máxima	Qtde Mínima	Valor Unitário	*Prazo garantia ou validade*

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

2.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:
3.6.1. por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preço s de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
3.6.2. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preço s de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preço s tenha sido formalizado mediante licitação.
3.7. Compete ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.
3.8. É facultada a adesão das sociedades de economia mista e das empresas públicas do Município à ARP gerenciada por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, observando-se o disposto neste artigo e nos seus regulamentos de licitações e contratos.
3.9. Dos limites para as adesões
3.9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.
3.9.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.9.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.9.2.
3.9.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.9.2. desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.10. Vedação a acréscimo de quantitativos
3.10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.1 e
5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. Os preço s registrados poderão ser revistos e alterados ou atualizados em decorrência de

eventual redução dos preço s praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na reserva alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados ou;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. Os novos valores a serem registrados, decorrentes da negociação prevista no item 7 e seus subitens, bem como na hipótese prevista no inciso I do art. 41 do Decreto Municipal 3393/24, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata o item 8.1.
7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 49 do Decreto Municipal 3393/2024.
7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
1.4. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou endidade gerenciadora, quando o fornecedor:
8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º, do artigo 43, do Decreto nº 3.393/24;
8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
8.1.5.1. Na hipótese prevista no item 9.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, desde que ele não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.4.1. Por razão de interesse público;
8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata; ou
8.4.3. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
8.4.4. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
1.5. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 4º do art. 42 e no § 4º do art. 43 do Decreto Municipal nº 3.393/24.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento

do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 10, inc. XIX, do Decreto Municipal nº 3.393/24), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 11, inc. IX, do Decreto Municipal nº 3.393/24).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I *do EDITAL.*

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV

SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM CADASTRO DE RESERVA

[Nome da Empresa]
[Endereço]
[Telefone]
[E-mail]
[Data]
[Órgão Público/Entidade]
[Endereço]
[Cidade, Estado, CEP]

Prezados Senhores,

Eu, [Nome do Representante], representante legal da Nome da Empresa], venho por meio desta solicitar minha inclusão no Cadastro de Reserva do Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº [Número do Pregão], relacionado à [Objeto do Pregão Eletrônico].

A [Nome da Empresa] está ciente das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços, e DECLARA que:

- Atende aos requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidos;
- Possui capacidade para fornecer os produtos/serviços objeto do Registro de Preços nas mesmas condições da empresa classificada em primeiro lugar;
- Está de acordo com os preços registrados.

Solicitamos que nossa empresa seja incluída no Cadastro de Reserva para futuras contratações para os seguintes itens:

Nº do Item	Especificação	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

[Nome do Representante] [Nome da Empresa] [Cargo do Representante]

ANEXO IV -a

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido noedital)*	Unidade	Qtde Máxima	Qtde Mínima	Valor Unitário	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido noedital)*	Unidade	Qtde Máxima	Qtde Mínima	Valor Unitário	*Prazo garantia ou validade*

ANEXO V

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE _____ _____ _____ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU E A EMPRESA _____ _____**, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE _____(AQUISIÇÃO),** que entre si celebram, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrito no CNPJ sob o nº _____-__, estabelecida à _____, na cidade de Casimiro de Abreu - RJ, neste ato representado por seu Presidente (a), devidamente nomeado pela Portaria N° _____/_____, _____, (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador da Carteira de Identidade n° _____, expedida pelo _____ _____ e CPF n° _____, residente e domiciliado à _____, doravante denominada simplesmente **ÁGUAS DE CASIMIRO** e, de outro lado, a empresa _____**,** inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, neste ato representado pelo seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade n° _____, e CPF nº _____ _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** conforme autorizado no Processo Administrativo nº ___/20_, regendo-se às normas constantes da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE

1.1. O presente Contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva, corretiva e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Águas de Casimiro, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços nº ___/2026, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 002/2026 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

1.2. A finalidade da contratação é _____**,** conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.3. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. ___do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O AGUAS DE CASIMIRO efetuará o pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento de materiais efetivamente executada, do valor de R$ ( ), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o AGUAS DE CASIMIRO.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada.

2.3. Nos preços propostos para entrega dos materiais em questão estão inclusos todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviços, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA deixar de fornecer os materiais.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação dos serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição nos serviços prestados;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte

do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput;*

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, programa de trabalho __ . . , elemento de despesa _____ . __ . __, vigente para o exercício de _____.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao principio da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

1.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas na Lei Federal n°14.133/2021, desde que demonstrado a vantagem para Administração e observados os requisitos legais.

A vigência contratual não se confunde com a vigência da Ata de Registro de Preços, permanecendo vinculada ao prazo estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, **(XX/XX/2026)** podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços executados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

7.10. Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do serviço a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.22. O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviço ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata:

10.1.1. Gestor do Contrato: ..... Matrícula nº ....., designado pela Portaria [ ] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

10.1.2. Comissão de Fiscalização: ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº..... , designados por intermédio da Portaria
[ ] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

10.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

10.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e seus saldos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

10.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

10.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

10.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

10.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

10.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

10.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

10.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

10.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

10.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

10.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;

10.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;

10.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;

10.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

10.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

10.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

10.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

10.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

10.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

10.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;

10.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;

10.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

10.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

10.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

10.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

10.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

10.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

10.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;

10.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

10.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

10.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

11.1.4. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

11.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

a. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

b. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

c. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

d. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços executados.

e. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

f. A CONTRATADA reconhece os direitos do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:

13.2.1. Caso haja diferença a maior, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE** somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;

13.2.2. Na hipótese da CONTRATADA**,** vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;

13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

13.4. Quando por disposição legal, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU** for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

14.1. A CONTRATADA**,** no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as

condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE** qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO

O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUÍTOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades especificas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

19.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

19.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

19.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

19.6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

19.7. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

19.8. A CONTRATADA tem conhecimento do código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N.º 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL N.º 207/15

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

21.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Assinado de forma digital por JULIANA AGUIAR FRANCO:14831897752
Dados: 2026.07.30 15:48:18 -03'00'

Casimiro de Abreu, _____de _____de 20

AGUAS DE CASIMIRO (Presidente(a)) *Contratante*	CONTRATADA Empresa..... xxxxxxxxxxxxxxxxxx *Contratada*

TESTEMUNHAS:

_____ RG. n.º CPF

_____
RG n.º
CPF n.º